

gico, dificulta a organização do trabalho e o pleno emprego permanente dos que a praticam;

6) o envelhecimento da população dos campos, com fraca proporção de gente jovem e forte peso de idosos, sobretudo entre a população feminina, nas explorações médias e grandes — em contraste com as pequenas e muito pequenas e as muito grandes, de população claramente mais jovem — e nas regiões montanhosas do Norte e por todo o Sul, com destaque para o Baixo Alentejo e o Algarve; o envelhecimento atinge igualmente a população que trabalha na agricultura e os responsáveis pelas explorações;

7) os baixos níveis de instrução da população dos campos, principalmente entre as pequenas e médias explorações, já que nas muito pequenas residem frequentemente gerações mais jovens, pluriactivas ou como hóspedes, e nas áreas que se evidenciaram pelo seu envelhecimento, situação que atinge de forma mais acentuada a classe dos produtores, pelos ritmos lentos de sucessão de gerações na gestão da exploração familiar (herança fundiária, por morte dos progenitores);

8) o indiscutível subdesenvolvimento dos meios rurais de quase todo o país, que desde meados do século alimentaram correntes de êxodo volumoso e selectivo para outras regiões mais dinâmicas e diversificadas economicamente e oferecendo melhores perspectivas, da fachada atlântica de Viana do Castelo a Setúbal e do litoral algarvio: rarefação demográfica, envelhecimento e empobrecimento humanos, não compensados pela dispersão de alguns desalojados das ex-colónias e pelo retorno de alguns emigrantes, nem pela circulação de capitais de que estes dispõem, e que levanta problemas delicados de reordenamento do território e de planeamento regional, de que muito se fala (aproveitamento de recursos; melhoria das condições de vida e de trabalho das populações; inserção equilibrada em espaços alargados, ibérico e europeu, etc.) mas que pouco parece avançar.

CARMINDA CAVACO

## UM ESTUDO SOBRE AGRICULTURA A TEMPO PARCIAL NA ÁREA A NORTE DE LISBOA

Publicado pelo Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian, foi difundido muito recentemente um novo livro de CARMINDA CAVACO: *Agricultura a Tempo Parcial. Contribuição para o seu Estudo na Região de Lisboa*, Oeiras 1985 (VI+471 p., 104 fig., resumos em francês e inglês, anexos com dados estatísticos e textos de inquéritos nas p. 417-465).

Tal como se pode ler na “Apresentação” do trabalho, da autoria de JOAQUIM DA SILVA LOURENÇO (p. III-V), é um facto que “a agricultura a tempo parcial constitui hoje tema em voga quanto a estudos e investigação (...), integrando os objectivos prioritários de numerosas instituições empenhadas no desenvolvimento agrícola e rural ” (p. III). Com êfeito, aos poucos, economistas, agrónomos, sociólogos e outros estudiosos, entre os quais, naturalmente, geógrafos, começaram a interessar-se pelo fenómeno da actividade agrícola exercida por pessoas de profissões diversas, como complemento do seu trabalho, e a analisar as implicações, dimensão e significados que assume, em contextos diversificados.

O livro de CARMINDA CAVACO abre com uma introdução (p. 5-40), na qual se faz breve resenha bibliográfica relativa às características dos campos nas periferias urbanas, desde logo com alusão ao papel da agricultura a tempo parcial. Seguem-se algumas considerações metodológicas, respeitantes à delimitação da área de estudo e aos rumos adoptados na investigação. Quanto à primeira, a autora fixou-se no espaço rural influenciado pela presença de Lisboa e situado a norte desta cidade: mas teve a preocupação de ir além da periferia imediata, considerando não só as faixas suburbana e periurbana, como a que é afectada pelo processo de rurbanização (terminologia de A. GARNIER), caracterizado pela “difusão do modo de vida urbano e (...) transformação dos sistemas de produção, que modificam a sociedade agrícola tradicional (mutação interna, sem afluxo — ou quase — de novos habitantes” (p. 9). Assim, são abrangidos nove concelhos (Amadora, Arruda dos Vinhos, Cascais, Loures, Mafra, Oeiras, Sintra, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira), os quais constituem, em conjunto, uma área complexa e variada. No que se refere aos métodos de investigação, a autora sublinha determinadas insuficiências das fontes cartográficas e estatísticas oficiais, ao mesmo tempo que apresenta os diversos tipos de inquérito a que teve de recorrer.

O segundo capítulo, “Lisboa e o seu Campo” (p. 41-138), corresponde ao enunciado das características de geografia rural da área estudada, fortemente apoiado na análise estatística e na elaboração e comentário de mapas e gráficos diversos (51 figuras). Após curta sondagem dos antecedentes históricos, a autora debruça-se sobre a ocupação agrícola nos anos 50, com destaque para os ramos da horticultura, fruticultura e pecuária leiteira, bem como da viticultura. A “adaptação da produção agrícola ao mercado próximo” traduziu-se por “opções hortícolas e frutícolas persistentes” (aproveito títulos de subdivisões do capítulo), sem esquecer o estímulo de “vários ramos da pecuária, nas suas formas tradicionais ou com adopção de sistemas modernos, eficazes e lucrativos, mas dependentes de produções vegetais doutras regiões do país ou importadas” (p. 70). Acrescenta-se que, “ao crescer, a aglomeração foi empurrando para áreas progressivamente mais distantes a criação animal que a sustenta, por consumos urbanos do espaço, valorização excessiva do solo agrícola, absorção da força de trabalho rural e ainda pelas incompatibilidades de vizinhança das residências citadinas e das actividades primárias fortemente poluentes” (p. 70). Um aspecto a ponderar seria o facto de, mesmo entre os grandes eixos de crescimento da aglomeração lisboeta, em sectores de feição rural mais acentuada, se ter verificado, por exemplo, declínio do gado leiteiro — o que sugere, quanto à produ-

ção de leite; a interferência de novos factores de localização (1). A análise do P. A. B. (Produto Agrícola Bruto) e do diferente grau de importância dos vários sectores agrícolas e animais permite a CARMINDA CAVACO exprimir uma ideia geral de diversidade, não obstante a prevalência de certos ramos, como hortaliças, leguminosas para grão, bovinos leiteiros, galináceos, etc. (p. 79-80).

O estudo da propriedade rústica dos cidadãos antecede o das deficiências das estruturas agrárias: explorações mal dimensionadas (2), excessivamente parceladas, fundiariamente dependentes; no conjunto, nota-se o predomínio da pequena propriedade. O capítulo termina com o quadro das dificuldades das empresas agrícolas, predominantemente de tipo familiar (subemprego agrícola nas pequenas explorações, rendimentos agrícolas em geral insuficientes).

O terceiro capítulo, "Principais Transformações Regionais dos Últimos Décénios" (p. 139-253), constitui a sequência do anterior. Com efeito, o campo a norte de Lisboa foi agitado por modificações de natureza diversa, em larga medida relacionadas com a proximidade da grande aglomeração urbana. As transformações não agrícolas ligam-se à expansão da área residencial de Lisboa, com todas as suas incidências demográficas. A população tem aumentado acentuadamente, em boa parte por via de grandes saldos migratórios, que atingem os seus maiores valores absolutos nos concelhos de Oeiras e Amadora (considerados conjuntamente), Loures e Sintra. Na estrutura profissional, alarga-se a parte correspondente aos sectores secundário e terciário.

A difusão de inovações na agricultura intensificou-se a partir do fim dos anos 60 e, entre os aspectos recentes que comporta, registam-se a "generalização do recurso a máquinas", a "revalorização de alguns ramos vegetais" (variável nos diversos concelhos: pomares, flores e plantas em viveiros nos de Mafra e Sintra, culturas hortícolas e hortofrutícolas nestes dois e em Vila Franca, prados temporários em Sintra e V. F. de Xira), "culturas em estufas", a "reconversão das vinhas", "inovações na pecuária leiteira" — tudo isto, para além de melhoramentos, aos mais diversos níveis, nas técnicas utilizadas.

A fechar o capítulo, são tratados dois temas: o apagamento económico e social da agricultura e o desinteresse dos jovens por esta. O espaço agrícola tem vindo a reduzir-se, tanto quanto é possível deduzir dos números oficiais disponíveis (cujo manejo não é fácil e que são cautelosamente utilizados pela autora), os sistemas de produção tendem para uma extensificação, ainda que de grau variável e não generalizada, verifica-se contracção de cultivos e produções vegetais, bem como da produção leiteira na faixa periurbana. Em relação com estes factos, diminui a população

(1) Cf. PAULA BORDALO LEMA, "Arrolamento de gado de 1972", *Finisterra*, vol. X, N.º 19, Lisboa 1975, p. 172-191; ver p. 179-180.

(2) A autora considera a dimensão fundiária e os efectivos pecuários. Em 1979, a dimensão média das explorações variava entre 3 ha (Sobral) e 9,6 ha (Oeiras e Amadora); o número das explorações com menos de 20 ha tinha o seu peso mínimo no conjunto destes dois concelhos (89,6%) e o máximo nos de Arruda e Mafra (99,6%).

activa agrícola, aspecto em que, mais uma vez, a análise estatística tem de ser feita com grandes precauções, devido à incerteza e ao desencontro de diversos números (3). Por outro lado, uma interessante sondagem permite concretizar as diversas facetas pelas quais se manifesta a falta de interesse da população jovem em relação às actividades rurais.

Só no quarto capítulo, a partir da p. 255, se começa a tratar o tema nuclear do trabalho, "A Agricultura a Tempo Parcial: Desenvolvimento e Significado Económico, Social e Espacial" (até à p. 378). Alguns leitores estranharão porventura a largueza com que esse tema é enquadrado nos capítulos anteriores — mesmo não havendo dúvidas sobre a necessidade de tal enquadramento. A autora preferiu, de forma deliberada, fazer uma análise minuciosa, constantemente apoiada em elementos estatísticos incluídos no próprio texto (além dos que figuram nos quadros e anexos), em vez da apresentação depurada e sintética das principais ideias que definem o contexto em que decorre o fenómeno estudado. Dir-se-á porém que a opção assumida permitiu fornecer, ao longo do trabalho, grande soma de dados.

Não é possível, sem exceder os limites razoáveis duma recensão, acompanhar os detalhes que a autora desenvolve no primeiro ponto do quarto capítulo, intitulado "A Pluriactividade das Famílias Agrícolas". Partindo da definição de que, "considerando as explorações, teríamos todas as que não empregam a tempo completo o produtor, ou este e a sua mulher, ou ainda o conjunto dos elementos potencialmente activos do agregado familiar, qualquer que seja a ocupação do tempo restante (trabalho ou ócio)" (p. 255) (4), podemos, ainda assim, reter alguns dados mais salientes. "Nos meados do século, era já bem marcado, em todos os concelhos, o carácter repulsivo da maioria das explorações familiares" (p. 257): as dificuldades de muitas delas levaram à pluriactividade dos produtores ou de membros das suas famílias. O inquérito de 1968 mostra que o fenómeno havia então atingido dimensão apreciável, ao nível do número dos produtores, mas a sua expansão tem-se acentuado recentemente. "A intensificação dos sistemas agrícolas, o aumento da dimensão económica das explorações pela junção dum sector animal quase independente dos cultivos e de ramos vegetais altamente produtivos em áreas escassas, bem como a difusão de algumas inovações biológicas e químicas, com reflexos imediatos no volume e na qualidade das produções, e a alteração significativa das quotas de parceria não proporcionaram (...) viabilidade económica a um número significativo de pequenas explorações do campo lisboeta" (p. 260); assim, "o afastamento parcial da profissão agrícola do produtor e/ou de membros da família, e o carácter tantas vezes meramente suplementar das receitas agrícolas em economias domésticas com plurirrendi-

(3) O assunto é discutido nas p. 219-223; veja-se, no presente número de *Finisterra*, o trabalho da autora "A População Agrícola em Portugal" e consulte-se o contributo importante de ANTÓNIO MIL-HOMENS, "Evolução da Estrutura do Emprego em Portugal após 1974", *Economia e Socialismo*, n.º 63, Lisboa 1984, p. 17-32.

(4) A autora cita ainda uma definição de C. BARBERIS, ligeiramente diferente.

mento, derivado de formas diversas de pluriactividade, tornaram-se cada vez mais importantes” (p.262). Segundo o recenseamento agrícola de 1979, os produtores com ocupação agrícola e não agrícola variavam, nos concelhos considerados, entre 38,2% em Cascais e 69,2% em Vila Franca (p. 258) (5). No âmbito dos produtores individuais, considerando os que combinavam actividade agrícola e não agrícola, houve aumentos em todos os concelhos, entre 1968 e 1979, excepto nos de Sintra (— 29,9%) e Cascais (— 28,7%); o maior acréscimo verificou-se em Arruda (+ 188%) e o menor em Sobral (+ 5,2%) (note-se que a autora exprime reservas quanto a apuramentos de 1968). “Nas actividades exercidas fora da exploração, a agricultura e a silvicultura estão bem representadas nos concelhos de Vila Franca, Sobral, Arruda e Mafra (...). Por sua vez, as indústrias, incluindo as extractivas, empregam maior proporção dos produtores masculinos nos concelhos suburbanos — Vila Franca, Sintra, Oeiras e Amadora —, enquanto a construção civil e as obras públicas têm mais peso no da Amadora, a que se seguem, distanciadamente, os de Cascais, Vila Franca, Loures, Sintra e Mafra; o comércio e a hotelaria motivam maiores percentagens nos de Amadora, Oeiras, Loures e Cascais, percentagens ainda altas nos de Arruda e Sobral” (p. 272-273). As outras actividades, no essencial terciárias, absorvem os maiores contingentes dos produtores individuais (da ordem de 20% ou mais), especialmente nos concelhos de Cascais, Sobral, Loures, Vila Franca e Sintra.

Depois de se debruçar sobre a agricultura dos trabalhadores da indústria e a dos trabalhadores do comércio e dos serviços, CARMINDA CAVACO esquematiza a seguinte tipologia das principais variantes de agricultura a tempo parcial, na área estudada (sigo de perto, adaptando ligeiramente, o enunciado da p. 338):

- a) Quintais e pequenas hortas, urbanos e suburbanos, cuja produção se destina ao consumo doméstico.
- b) Explorações em que se conjugam autoconsumo e venda dos produtos, a cargo de agricultores com duas actividades, qualquer delas de escassos proventos, com participação dos outros membros da família nos trabalhos; aparecem em campos periurbanos e especialmente nos espaços urbanos.
- c) Quintas residenciais (luxo e recreio), na posse de elites urbanas, e que têm feições diversificadas, desde pequenas explorações a algumas outras vastas, geridas por caseiros, com lucros escassos ou nulos; dispõem-se em sectores de maior renome.
- d) Explorações grandes, de rendimento, herdadas nuns casos, noutras adquiridas — e nestes tendo como objectivo actividades mercantis de vulto (produção pecuária e vinícola) ou perspectivas de reconversão vantajosa da utilização do solo; são características de áreas suburbanas e periurbanas.
- e) Explorações de pequena ou média dimensão, pertencentes a reformados, aos quais proporcionam ocupação e receitas complementares.

(5) Os quadros estatísticos reúnem apenas dados por concelho. Não obstante a heterogeneidade do espaço efectivamente escolhido como área de estudo, ou seja, o conjunto dos nove concelhos, seria também interessante, a meu ver, considerar os números que a ele se referem. Aliás, é sensível a heterogeneidade mais ou menos acentuada que se verifica a nível de cada concelho.

Há ainda “explorações não individuais com objectivos científicos, sociais e secundariamente produtivos, em parte trabalhadas por pluriactivos; a sua localização é (...) essencialmente suburbana e periurbana”(p. 338).

Todas estas classes são caracterizadas a seguir em pormenor, com indicação de alguns casos concretos que ilustram vantajosamente a matéria.

Finalmente, o quarto capítulo termina com uma alínea intitulada “Avaliação e Tendências da Agricultura a Tempo Parcial”. Constituindo embora uma sondagem que estudos subsequentes permitirão aprofundar, os inquéritos realizados deixam entrever alguns aspectos com interesse. Assim, os agricultores a tempo parcial apresentam índices de instrução e juventude mais elevados que os agricultores em exclusividade, o que os torna mais abertos a inovações. Excluindo grandes explorações lucrativas, as dos reformados e as quintas residenciais, estamos em presença de unidades com pequena área: mais de 40% das explorações são inferiores a 1 ha e cerca de um terço a 0,5 ha (no caso dos operários, as explorações com mais de 2,5 ha representam 18,1%, enquanto no dos comerciantes e outros pequenos empresários atingem 52,8%). Esta pequena dimensão não vai contra um apreciável grau de mecanização dos trabalhos agrícolas e não dispensa o recurso a mão-de-obra não familiar em certos períodos. Quanto às principais profissões dos agricultores a tempo parcial inquiridos, ultrapassam 10% os operários e homens de ofício (27%), comerciantes e empregados do comércio (26,3%), pessoal ligado aos transportes rodoviários (16%), bem como os funcionários públicos e municipais, empregados de escritório e de bancos (14,1%).

No conjunto, CARMINDA CAVACO afirma que “a persistência, pelo menos a médio prazo, da agricultura a tempo parcial parece (...) assaz provável”. Com efeito, “evidenciam-se (...) duas estratégias de adaptação das pequenas e médias explorações ao desenvolvimento económico, que têm a ver com as condições agrícolas mais ou menos favoráveis, o desenvolvimento do emprego não agrícola a nível local e regional e os custos de oportunidade da agricultura (...): pluriactividade e plurirrendimento, quando são desfavoráveis as estruturas e as condições agrárias e elevados os custos de oportunidade agrícola, em meios economicamente dinâmicos (...); intensificação e modernização dos sistemas agrícolas, com recurso a importantes investimentos em capitais, no sentido da elevação da produtividade da terra e do trabalho, acompanhados nalguns casos pelo alargamento da superfície cultivada, nas áreas onde as condições naturais e estruturais são relativamente favoráveis ao sector e reduzidas e incertas as oportunidades de inserção activa das famílias agrícolas nos sectores industrial, do comércio e dos serviços” (p. 376-378).

Uma conclusão alargada (p. 379-400), em que se resumem os vários aspectos tratados e são sugeridos rumos de investigação cujo desenvolvimento se afigura agora desejável, constitui o termo deste livro: a abundância de informação e as pistas de interpretação propostas fazem dele um instrumento de trabalho de inegável interesse para os estudiosos de geografia rural e das ciências que lhe estão próximas.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS SOBRE AS CIDADES DO TERCEIRO MUNDO  
(II)

O artigo de TERENCE MCGEE, "Conservation and Dissolution in the Third World City", subtítulo "The 'Shanty Town' as an Element of Conservation", põe em relevo, mais uma vez, a notável experiência do autor sobre as cidades do Terceiro Mundo. Foi publicado em 1984, com numerosas notas de rodapé e bibliografia, nas p. 107-126 de *Urbanism and Urbanization. Views, Aspects, and Dimensions*, livro coordenado por NOEL IVERSON e editado por E. J. BRILL de Leiden.

Segundo o autor, o termo *shanty town* pode abarcar realidades diferentes, quando serve para designar desde os aglomerados pobres das periferias urbanas, que acabam por ser engolfados pela expansão das cidades, até às habitações miseráveis dispersas no terreno, num e noutro caso com referência à ilegalidade da ocupação do solo urbano. Em alguns países engloba ainda os agrupamentos de pessoas que dormem, normalmente, sobre os passeios ou encostados às portas de casas que ladeiam as ruas de várias cidades. Todavia, neste artigo, T. MCGEE restringe a utilização do termo às situações de "housing which generally can be described under the rubric of 'squatter settlement'", sem esquecer que tais habitações constituem, afinal, em muitas situações, a única forma de resposta à escassez e deficiência de alojamentos baratos e de arrendamentos baixos nas cidades do Terceiro Mundo.

Muitas imagens estereotipadas têm explorado os contrastes, que se pretendem realistas, entre os pobres das barracas dos bairros miseráveis e os ricos que vivem em áreas e mansões opulentas, entre aqueles como áreas de crime e vício e estes caracterizados pela beleza e pureza. Constituem assim a representação de dois mundos diferentes, que só entram em contacto quando o primeiro desafia o sistema. Posto o problema deste modo, T. MCGEE procura evidenciar um aspecto muito mais subtil: o reconhecimento de que esses dois mundos estão integrados num sistema — na economia da cidade os habitantes das *shanty towns* são uma parte que é explorada e necessária às classes média e alta que também vivem no agregado urbano.

De uma maneira geral, a tendência entre os investigadores e planeadores ocidentais e entre os seus homólogos do Terceiro Mundo foi a de considerar que os moradores dos bairros de miséria — *squatters, shanty towners, hawkers*, etc., de alguns autores de língua inglesa — constituem problemas de marginalidade urbana, que põem questões políticas, económicas e sociais dificultando o desenvolvimento económico e social harmonioso. Não admira que muitos governos definissem, entre as suas medidas mais urgentes, a eliminação desses "bloqueadores" do progresso.

Actualmente a atitude é outra. Reconhece-se, cada vez mais, que as barracas e os "bairros da lata" — que utilizo como equivalente de *shanty towns* — têm de ser vistos como iniciativas das populações de fracos recursos perante a insuficiência ou inexistência de habitações de baixos custos. Esta interpretação transformou-se em parte de uma teoria de desenvolvimento, com estratégias mais amplas para o aumento do emprego e criação de meios de acomodação à rapidez do crescimento

urbano. Mas nem por isso as opiniões são unânimes. Para alguns, os problemas da habitação urbana nas cidades do Terceiro Mundo continuam a ser dramatizados em termos de um défice crónico e alarmante. Para outros, não se poderá falar de escassez de condições de habitação porquanto a maioria das pessoas encontra qualquer forma de abrigo; salvo se a avaliação for feita com base nos padrões mundiais do que é aceitável em termos de habitação. Também há quem assinala que a existência do défice se deve a factores como o rápido crescimento urbano e a persistência da distribuição desigual dos rendimentos, o que significa que uma larga parte da população será sempre “demasiado” pobre para suportar os custos de uma habitação “convencional”. Um outro factor igualmente importante é o da escassez de terra ou, mais correctamente, de terrenos baratos no interior dos perímetros urbanos. E, não raras vezes, de diversos modos, há quem sublinhe a falta de envolvimento dos governos em projectos decisivos de habitação barata. Mas tais argumentos são essencialmente descritivos e muitas vezes dão pouca atenção aos contextos em que se inserem os problemas habitacionais das camadas menos favorecidas. Por isso mesmo, a partir destes dados e outros, T. McGEE propõe um modelo das estruturas sócio-económicas das cidades do Terceiro Mundo, no âmbito do que se tem chamado de capitalismo periférico (S. AMIN, *Accumulation on a World Scale: A Critique of the Theory of Underdevelopment*, Nova Iorque, 1974).

Mas antes da apresentação da proposta de T. McGEE passarei em revista um artigo incluído em *Hérodote*, XXXI, Paris, 1983, de RAUL PAJONI, “Buenos Aires, 1976-1982. La ségrégation compulsive” (p. 38-60). Em 1980 a cidade propriamente dita tinha 2.922.829 habitantes, contra 6.843.201 na faixa suburbana, dando assim um total de 9.766.030 habitantes, o que correspondia a cerca de 38 por cento da população do país. A evolução dos números globais fora a seguinte: cerca de 1,7 milhões em 1947, de 3,8 em 1960 e de 8,4 em 1970. Mas, se para a cidade propriamente dita os números correspondentes foram de 2,98 milhões, 2,96, 2,97 e 2,92, traduzindo até um decréscimo no decénio de 1971 a 1980, para a faixa suburbana eles subiram em flecha, desde 1,7 milhões em 1947, a 3,8 milhões em 1960, 5,4 em 1970 e 6,8 em 1980. Calculadas as superfícies em 199,5 km<sup>2</sup>, e 3.680 km<sup>2</sup> respectivamente, as densidades populacionais nas duas grandes áreas da concentração urbana eram de 146 hab/km<sup>2</sup> e de 18 hab/km<sup>2</sup>, sendo o valor médio de 25 hab/km<sup>2</sup>. As vagas sucessivas de urbanização expulsaram para locais cada vez mais longe as populações de fracos rendimentos. O contraste da ocupação do solo ressalta ainda mais quando comparados certos valores extremos de densidade: 330 hab/km<sup>2</sup> nos bairros superconcentrados da parte central da cidade e 5 hab/km<sup>2</sup> nos subúrbios mais afastados.

Os primeiros “bairros da lata” começaram a ganhar incremento nos anos de 1940, estimando-se que em meados da década seguinte já haveria 111.850 moradores nesses bairros, e que em 1976 somariam cerca de 554.900 no total, havendo uma diminuição relativa em 1981, com 516.000 habitantes; destes, 16.000 viviam na cidade e perto de 500.000 nas faixas suburbanas. Aquele total correspondia a 5 por cento da população atribuída à concentração urbana de Buenos Aires. Uma família

em cada três estava alojada em condições inferiores às mais baixas normas consideradas aceitáveis. Para responder somente às necessidades devidas ao crescimento natural seria preciso construir qualquer coisa como 140.000 alojamentos por ano; para substituir os alojamentos tornados inabitáveis haveria que juntar mais 112.000. Mesmo assim, tomados estes números com bastante optimismo, o défice aumentaria a um ritmo de 84.000 alojamentos por ano.

Ainda segundo o autor do mesmo artigo, o governo militar saído do golpe de estado de Março de 1976 acabou por cortar os contactos com a sociedade civil, formando um superpoder que agia arbitrariamente e despoticamente. Na cidade de Buenos Aires, capital do país, fachada do “poder”, a presença de “pobres” era ressentida como uma afronta; eles eram tidos como testemunhos de uma situação, que não se pretendia aceitar, de subdesenvolvimento. As autoridades, incapazes de resolverem os problemas, preferiam negá-los. Algumas afirmações são bem ilustrativas: “Não importa quem pode viver em Buenos Aires... Concretamente, viver em Buenos Aires não é para toda a gente, mas para quem o merece... Devemos ter uma cidade melhor para as melhores gentes”. Reconhecia-se, como não podia deixar de ser, perante a realidade que todos viam, que os “bairros da lata” aumentavam, estagnando a cidade propriamente dita. Mas a “campanha de informação” lançada pelo governo desde 1976 centrava-se essencialmente em dois aspectos: a) O problema dos “bairros da lata” não era apenas uma questão de alojamentos, mas dizia ainda respeito aos aspectos estéticos (arranjo urbano) e morais (necessidades espirituais da vida humana) afectando a vida urbana; b) os habitantes dos “bairros da lata” gostavam de viver nesses locais, mesmo quando tivessem a capacidade económica de acesso a outras formas de alojamentos. E a isto se acrescentava que, existindo os “bairros da lata” à margem da lei, neles se organizavam as *mafias*, os comércios clandestinos, se desenvolviam a delinquência juvenil, a prostituição, etc. Muitos dos seus habitantes não seriam tão pobres, mas sim “marginais voluntários”, indolentes e desonestos; os “esforços sociais” para os integrar mostrar-se-iam inúteis, porque reproduziriam os mesmos vícios para onde fossem deslocados. E o discurso oficial sublinhava a única solução para o problema, a “solução individual”, no caminho de “uma nova vida urbana” para os “bons”, e a “eliminação dos pobres”, tidos como inestéticos e inimigos do progresso!

Neste sentido foi gizado um plano para decorrer em três etapas. A primeira era a do “congelamento” da situação, pela intimidação: recenseamentos pormenorizados de cada bairro da lata, recebendo as famílias um documento do levantamento feito dos seus alojamentos, de apresentação obrigatória quando fossem procuradas pelas autoridades. A segunda era a do “desencorajamento” de ficar nos “bairros da lata”: fiscalização rigorosa do comércio, interdição de mudança de alojamento, demolição de alojamentos não ocupados ou em infracção com as normas, etc. A terceira constituía a operação de “desenraizamento”, para libertar os terrenos do interior da cidade ocupados por “bairros da lata”. As famílias que aí viviam, convocadas aos escritórios da Comissão que se ocupava em aplicar o plano, eram postas perante as seguintes alternativas: mudança para terreno próprio, caso o possuíssem; regresso aos lugares

de origem, para os imigrantes recentes; saída voluntária e pelos próprios meios; aquisição de um empréstimo para realojamento. É claro que a maioria não tinha a possibilidade de escolher entre tais medidas coercivas e muitos foram os que assistiram à destruição dos seus alojamentos. O mesmo foi feito em relação a todos os organismos que pudessem congregar a população dos bairros condenados: escolas, creches, dispensários, etc.; igualmente foi suspensa toda a actividade política e sindical. A operação "expulsão", em que não faltaram espancamentos, raptos, aprisionamentos, etc., pôde ser considerada como um êxito pelas autoridades municipais, que estimavam que a população dos "bairros da lata" submetidos ao plano descera de 235 mil habitantes em Março de 1976 para cerca de 16 mil em 1981. No entanto, omitiam que a chegada dos "expulsos" às comunidades da periferia da grande Buenos Aires fazia recriar aí os problemas que se pretendiam resolvidos na capital.

Também foram expulsos os locatários de fracos rendimentos que habitavam um sector urbano dito de "alugueres protegidos" em 1976. Eram cerca de 186 mil nesse ano; mais de 1/4 tinha idades acima dos 65 anos (na altura a média nacional era de 15%), cerca de 24% era de isolados, isto é, de pessoas que viviam sós (16,5% era a média nacional), com rendimentos mais baixos do que os valores médios. A liberalização total do mercado dos arrendamentos teve como resultado, a muito curto prazo, que "os trabalhadores menos pagos do Mundo se vissem postos na rua, sem poderem fazer face aos alugueres mais caros do Mundo". Foram anunciadas algumas medidas creditícias para a aquisição de alojamentos; contudo, a maioria dos locatários não podia chegar a elas. No entanto, o facto de apenas cerca de 50% ter preenchido os formulários de pedido de empréstimo foi interpretado pela "ideologia oficial" como a prova de que, afinal, esses locatários tinham a capacidade de se realojarem pelos seus próprios meios. A verdade é que, feita a operação, se pôde verificar que muitos foram aqueles que tiveram de socorrer-se de familiares, ficando em péssimas condições de alojamento; também muitos tiveram de mandar as famílias para o interior, alojando-se em camaratas de pensões; e não poucos acabaram por ir engrossar os contingentes dos "bairros da lata" das periferias longínquas.

Paralelamente a estas operações de segregação foram postas em prática algumas medidas destinadas a reservar a cidade para a população dispondo de um certo nível de rendimentos. O exemplo descrito com abundante ilustração por R. PAJONI representa uma forma negativa e extremista de tomar em consideração o problema dos "bairros da lata". Mas, até por isso mesmo, não deixa de ser importante tomá-lo em conta quando se analisa a matéria, como fenómeno urbano das cidades do Terceiro Mundo, e não só!

Retomo o artigo de T. McGEE e a sua proposta. Começa por recordar a perspectiva evolucionista que retratava os processos de urbanização no Terceiro Mundo como largamente repetitivos das experiências ocidentais e, por conseguinte, a similitude de estruturas das cidades nessas duas partes do Mundo. Alude à adopção de modelos dualistas da economia do Terceiro Mundo para explicação da persistência de pobreza (W. A. LEWIS, "Economic Development with Unlimited Supplies of Labour", *The Economics of Underdevelopment*, coord. H.N. AGARWALA e S.P.

SINGH, Bombaim, 1958, p. 400-409) e dos paradigmas da estrutura económica das cidades do Terceiro Mundo, surgidos nos anos de 1960, evidenciando o contraste do *bazar*, ou sector de baixo rendimento, de baixa produtividade, no qual se empregava uma larga parte da população urbana, e o pequeno sector caracterizado por operações económicas típicas do moderno mundo capitalista (C. GEERTZ, *Peddlers and Princes: Social Change and Economic Modernization in two Indonesian towns*, Chicago, 1963). Não poderiam ficar esquecidas as propostas que conduziriam à definição dos sectores informal e formal da economia urbana, desenvolvidas por diversos autores, entre os quais apenas relembro W.R. ARMSTRONG e T. MCGEE, "Revolutionary Change and the Third World City: A Theory of Urban Involution", *Civilisations*, XVIII (3), 1968, p. 353-378, e K. HART, "Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana", *The Journal of Modern African Studies*, 11, 1973, p. 61-89. Uma proposta semelhante, mas de certo modo mais sofisticada, no sentido em que dava maior ênfase às relações entre aqueles dois sectores, apresentou-a MILTON SANTOS em *L'Espace partagé*, Paris, 1976, de que existe também edição inglesa, além da brasileira com data de 1979, *O Espaço Dividido. Os dois circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*.

Porém, enquanto tais propostas foram úteis por delinarem o que se passava nas cidades do Terceiro Mundo e, em particular, por destacarem os aspectos do sector largamente ignorado de actividades económicas de baixos rendimentos, também tiveram o seu lado menos valioso para o esclarecimento de certas questões como a da persistência de massas volumosas de população pobre no interior das cidades. Outras fraquezas têm sido apontadas, tais como as de serem demasiado descritivas; e de, sublinhando as partes, tenderem a esquecer que as cidades participam de sistemas urbanos e, sobretudo, de sistemas internacionais (J. BREMAN, "A Dualistic Labour System? A Critique of the 'Informal sector' Concept", *Economic and Political Weekly*, XI (48), 1976, p. 1870-1875; (49), p. 1905-1908; (50), p. 1939-1944).

A emergência do amplo corpo da teoria da dependência, devido, em larga medida, a estudiosos latino-americanos dos anos de 1960, trouxe outras explicações: as estruturas das sociedades do Terceiro Mundo e das suas cidades resultaram da maneira como foram integradas num sistema capitalista internacional desde o século XVI (capitalismo periférico), com padrões de produção diferentes dos que tinham lugar nos países desenvolvidos. Ganham certo significado as ideias sobre modos capitalista e não-capitalista de produção, abrangendo os primeiros desde as empresas transnacionais até às nacionais, e os segundos as actividades artesanais e congêneres de menor significado em investimentos e produção. Com o recurso aos mecanismos de "conservação e dissolução" se procura explicar como as formas de produção não-capitalista, antes de desaparecerem, podem ser reestruturadas, ou parcialmente dissolvidas, e assim *subordinadas* às relações capitalistas predominantes, sendo deste modo *conservadas*. Claro que, apresentado deste modo, o processo parece mais simples do que na realidade o é; podendo ser fácil compreender o mecanismo da *dissolução* dos modos não-capitalistas de produção sob os efeitos da expansão do sistema capitalista, a maior dificuldade reside em explicar o funcionamento do mecanismo

da *conservação*. Tais mecanismos não estão forçosamente separados nem no tempo, nem no espaço. Em países como o Brasil, a Argentina ou o Chile foram estudados processos de dissolução de empresas nacionais de larga escala sob os efeitos da penetração de formas de capitalismo transnacional e, ao mesmo tempo, fenómenos de conservação de modos de produção não-capitalista. Desta maneira se poderá dizer que, estando a decorrer a dissolução de um sector de actividades económicas, ao mesmo tempo pode ser dominante a conservação de outros, variando conforme o país e o tipo de relações internacionais.

T. McGEE utiliza diversos exemplos e autores para o desenvolvimento desse tema, chamando a atenção para o perigo da generalização dos conceitos e relações. Por exemplo, dificilmente se poderá duvidar que Hong Kong e Singapura tenham sido caracterizados pela rápida dissolução dos modos não-capitalistas. Mas, por outro lado, em muitos países do Terceiro Mundo os processos de dissolução ainda estão numa fase muito incipiente e predominam os de conservação. E prossegue o autor com argumentos pertinentes, tentando esclarecer as questões que se levantam.

“Shanty towns clearly are a shelter strategy which enables low income people to preserve shelter and cope with poverty” (p. 115) porque: em primeiro lugar, a natureza ilegal da casa significa que não há lugar para o pagamento de taxas ou de arrendamento, se habitada pelo seu construtor; que os custos de reparação e conservação são pequenos, porquanto não faltam os desperdícios e o trabalho grátis de ajuda, e igualmente são diminutos os custos de infra-estruturas mesmo quando existam; em segundo lugar, o carácter ilegal do povoamento significa que todos os tipos de actividades aí decorrentes escaparão às restrições legais impostas ao sector formal. Certamente que nem todas as actividades serão de todo em todo ilegais. Conhecem-se muitos exemplos de industriais que aproveitam as condições das *shanty towns* para aí explorarem certos ramos. Em terceiro lugar, a falta de um plano regular do povoamento oferece, entre outras coisas, condições excelentes de refúgio.

Ora bem, o conhecimento das *shanty towns* pode mostrar como os processos de *conservação* muitas vezes dominam as relações do sector capitalista predominante com os modos não-capitalistas do sector da construção em muitas cidades do Terceiro Mundo. Esta argumentação é fundamental na segunda parte do artigo de T. McGEE, intitulada justamente “A indústria da construção em países do Terceiro Mundo”, para concluir que “the lack of legal low cost housing in many Third World cities is a direct result of the form of peripheral capitalism operating in these societies. ‘Shanty towns’ are a necessary reflection of this system” (p. 120). Na conclusão final do artigo mais uma vez faz sobressair o risco que há de se manterem estáticas as relações que levaram à criação dos “bairros da lata”, a não ser que sejam tomadas medidas adequadas para minorar os problemas, voltando a citar os exemplos de medidas adoptadas em Hong Kong e Singapura.